

Mobilidade intergeracional de educação de concluintes do ensino superior: uma análise sob a perspectiva de níveis e fatores associados nos anos de 2004 e 2018

Luana dos Santos Fraga¹
Tatiane Pelegrini²
Izete Pengo Bagolin³

Resumo

O estudo tem como objetivo analisar os níveis de mobilidade intergeracional de educação de concluintes do ensino superior dos anos de 2004 e 2018 e identificar características associadas às chances de maiores níveis de mobilidade intergeracional de educação. Para tanto, foram utilizados os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e o método Probit Ordenado. O estudo inova na utilização de dados de concluintes, construção de níveis de mobilidade, cálculo da mobilidade em relação ao pai e em relação a mãe e, ao controlar para o efeito das políticas de expansão do ensino superior, constituindo-se, assim, em fonte de evidência acerca de como as políticas públicas implementadas ao longo do intervalo de tempo analisado contribuíram para a mobilidade intergeracional. Os resultados mostram que as chances de maior mobilidade intergeracional em relação aos pais estão atreladas as seguintes condições (isoladamente): ser mulher; ter mais de 24 anos; renda familiar mais baixa; não ser branco ou amarelo; ajudar financeiramente a família; estudar em instituição privada; ter bolsa parcial do ProUni e pagar o restante da mensalidade através do Fies; ser cotista e concluir o curso superior na modalidade à distância.

Palavras-chave: Mobilidade Intergeracional; Educação; Ensino Superior; Probit Ordenado.

Abstract

The aims of this paper are to analyse the educational's levels of intergenerational mobility of undergraduate students who are finishing the Higher Education in the years 2004 and 2018 and to identify the characteristics associated with the chances of higher levels of intergenerational mobility of education. For this purpose, we use data from the National Student Performance Exam and estimate a Ordered Probit model. The study innovates in the use of data from undergraduates, construction of mobility levels, calculation of mobility in relation to the father and the mother separately. It also advances controlling for the effect of the policies of expansion of higher education, thus constituting in a source of evidence about how public policies implemented over this period of time contributed to intergenerational mobility. The results higher chances of intergenerational mobility in relation to parents are linked to the following conditions (in isolation): being a woman; have over 24 years old; being from lower income family; not being white or yellow; financially helping the family; studying in a private institution; have a partial Prouni scholarship and pay the rest of the monthly fee through Fies; be a shareholder and complete a higher education course in distance learning.

Keywords: Intergenerational Mobility; Education; Higher Education; Ordered Probit.

JEL: J62; I23; C25.

Área 12: Economia Social e Demografia Econômica

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: luana.fraga92@gmail.com

² Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: tatikpelegrini@gmail.com

³ Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: izete.bagolin@pucrs.br

1. Introdução

De acordo com o último Relatório de Desenvolvimento Humano, elaborado pelo Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento (Pnud, 2017), o Brasil é o sétimo país com a maior desigualdade de renda do mundo. Tal desigualdade, mesmo que verificada em apenas um momento do tempo enseja a busca de soluções para diminuí-la, do contrário, sua persistência pode, facilmente, ser reproduzida entre gerações, tornando sua erradicação uma tarefa ainda mais desafiadora. Como indício desse fato, tem-se os resultados do estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Ocde, 2018), em que foi constatado que descendentes de famílias brasileiras de baixa renda (entre os 10% mais pobres), podem levar até nove gerações para alcançarem a renda média do país.

A solução mais plausível para tal situação se dá por meio da mobilidade intergeracional de educação ascendente, definida como o caso em que o nível de escolaridade do filho(a), quando adulto, é maior do que o alcançado pelo seu pai e/ou sua mãe. A mobilidade intergeracional de educação ascendente é reconhecida como fundamental para o crescimento econômico, redução da pobreza e o desenvolvimento individual e social nos países em desenvolvimento, pois gera instrumentos para o alcance de melhores ocupações e, conseqüentemente, maior renda (Li e Zhong, 2017; Tansel, 2002).

Filhos(as) de pais com baixa ou nenhuma escolaridade, que concluem o ensino superior, tendem a quebrar a chamada “armadilha” da pobreza, uma vez que esse nível de ensino eleva as chances de conseguir empregos com salários e condições de trabalho melhores (Carvalhoes e Ribeiro, 2019; Salata, 2018; Hasenbalg, 2003). No entanto, chegar ao ensino superior envolve etapas que nem sempre são acessíveis a famílias cujos pais possuem nenhuma ou baixa escolaridade e, conseqüentemente menor renda. Entre as dificuldades de acesso e permanência estão a alta concorrência por vagas em instituições públicas, o valor das mensalidades de instituições privadas e a dificuldade em conciliar os estudos e o trabalho.

O acesso mais universalizado ao ensino superior é fundamental para diminuir as desvantagens de pessoas com origens nos grupos menos privilegiados da sociedade (Carvalhoes e Ribeiro, 2019). Assim, sob a premente necessidade de democratizar o seu acesso, tem sido empreendida uma expansão no número de instituições e de vagas oferecidas (Borges e Ribeiro, 2019; Lopes, 2017) por meio de políticas públicas federais como Fies, ProUni e Reuni. Embora perdue o ideal de expandir a admissão de estudantes originários de classes socioeconomicamente desfavorecidas, ainda existem barreiras ao acesso nesse nível educacional (Mahlmeister et al., 2019).

Nesse sentido, este trabalho busca identificar as características associadas as chances de concluintes do ensino superior, dos anos de 2004 e 2018, apresentarem maiores níveis de mobilidade intergeracional de educação. Os níveis de mobilidade foram classificados como alto, quando o pai e/ou a mãe nunca estudou ou completou os anos iniciais do ensino fundamental; médio, caso o pai e/ou a mãe tenha completado o ensino fundamental; baixo, se o pai e/ou a mãe completou o ensino médio e nulo (ou imobilidade) quando os pais concluíram o ensino superior ou a pós-graduação.

Salienta-se que os indivíduos concluintes do ensino superior nestes anos são representantes de contextos institucionais distintos, uma vez que o ensino superior brasileiro tem passado por significativas mudanças nas últimas duas décadas. Esse é o primeiro estudo que analisa a mobilidade intergeracional de educação sob a perspectiva de níveis de mobilidade e utiliza como unidade de estudo os concluintes do ensino superior no Brasil, grau de escolaridade com grande potencial de mudar positivamente a realidade econômica e social de famílias de baixa renda. Além disso, são incluídas no modelo variáveis relativas a políticas públicas educacionais brasileiras, possibilitando a comparação das chances de alta mobilidade, entre aqueles que possuem auxílio de alguma política pública para se manter no ensino superior e aqueles que não possuem.

Estudar mobilidade em níveis é importante, pois um caso de alta mobilidade intergeracional de educação, além de poder quebrar o ciclo da pobreza, representa uma situação clara de desenvolvimento econômico, em que o crescimento da renda afeta não apenas os mais ricos, mas também aqueles com níveis de escolaridade e renda inferiores. Por outro lado, nesse estudo, os casos de imobilidade representam a continuação, entre gerações, do nível de renda familiar, positivo para as famílias que estão no topo, mas negativo para famílias que necessitam sair de situações de extrema pobreza e pobreza.

Os resultados oriundos desta pesquisa, também tornam-se fonte de evidência acerca de como as políticas públicas implementadas ao longo do intervalo de tempo analisado contribuíram para a mobilidade intergeracional, ou ainda, colocar em pauta as desigualdades que ainda persistem, muitas vezes encobertas por resultados aparentemente positivos, que na realidade não condizem com condições reais para que seja quebrado o ciclo da pobreza entre gerações. Quanto à análise da comparação de chances entre grupos, segundo diferentes variáveis, dos concluintes apresentarem diferentes níveis de mobilidade, cabe ressaltar o que foi afirmado por Black e Devereux (2010, p. 31-32) que estudar mobilidade intergeracional e suas características é “crucial para o desenvolvimento de políticas públicas apropriadas, pois sem conhecer os mecanismos, é impossível entender como promover a mudança”.

Assim sendo, a fim de atingir os objetivos propostos, o artigo está estruturado em seis seções, a contar desta introdução. A seção dois apresenta o background institucional relacionado as políticas de acesso mais equitativo do ensino superior no Brasil, bem como o marco teórico pertinente a mobilidade intergeracional em educação. A seção três contém a base de dados e variáveis utilizadas para na estratégia empírica, que é objeto da seção quatro. Na seção cinco são apresentados e discutidos os resultados obtidos e, por fim, seguem as considerações finais.

2. Mobilidade intergeracional e contexto brasileiro

2.1 *Background* teórico

A relação entre desigualdade de renda e nível educacional associada ao processo de acumulação de capital humano tem sido explorada por diversos estudos. Os cientistas sociais e formuladores de políticas públicas têm um especial interesse em compreender a transmissão entre gerações do status econômico (Azam e Bhatt, 2015). De acordo com Checchi (2007), as escolhas educacionais de uma geração e suas repercussões sobre as gerações futuras são correlacionadas, implicando que uma maior igualdade em escolarização resultará em um aumento de mobilidade social e redução da desigualdade de rendimentos.

Por sua vez, a pobreza persistente e, destarte, baixas taxas de mobilidade intergeracional, são resultado de uma convergência de características sociais (Durlauf, 2006). No Brasil, os altos níveis de desigualdade são atribuídos à baixa mobilidade intergeracional de renda e educação (Lam, 1999), determinada pela segregação espacial, discriminação racial e multiplicidade de arranjos familiares (Behrman et al., 2001). Nesse contexto, a redução da persistência intergeracional de educação é crucial na promoção da mobilidade intergeracional de renda e igualdade de oportunidades (Lee e Lee, 2019).

A falta de mobilidade ascendente, seja essa de renda, educação ou ocupação, entre os indivíduos de baixa renda tem como consequência o desperdício ou subdesenvolvimento de talentos potenciais (OECD, 2018). A influência das fortes desigualdades sociais nos resultados educacionais implica, irrevogavelmente, que não apenas a capacidade individual, e sim as características sociais, como desigualdade de renda, restrição ao crédito e investimentos governamentais, afetam o desempenho educacional das crianças (Lee e Lee, 2019; Pfeffer, 2007). A mobilidade intergeracional, nesse sentido, busca analisar a associação e superação do *status* educacional entre gerações.

Mesmo que não resulte em maiores ganhos salariais, uma sociedade mais escolarizada eleva as condições gerais de vida, criando um ambiente mais desenvolvido e capaz de proporcionar mais oportunidades para as futuras gerações (Aydemir e Yazici, 2019). Com esse entendimento, maiores investimentos em educação são realizados no sentido de melhorar a mobilidade social e garantir um sistema educacional abrangente que substitua os investimentos parentais privados em capital humano (Neidhöfer et al., 2018; Herrington, 2015).

Em relação a níveis mais elevados de educação, o acesso e conclusão no ensino superior tem sido enfatizado por políticas recentes por seu potencial de reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais (Crawford et al., 2016; Elias e Purcell, 2011). As classes sociais tem um impacto direto e persistente no acesso ao ensino superior (Alon, 2009) e, mesmo em vista de políticas de expansão, as diferenças de acesso entre

jovens de diferentes *backgrounds* socioeconômicos continuam consideráveis (Crawford et al., 2016; Marteleto et al., 2016; Blanden e Machin, 2004).

A universalização do ensino superior como ferramenta de redução de desigualdades, além de vagarosa, não, necessariamente, promove igualdade de oportunidades (Medeiros et al., 2020; Salata, 2018; Carvalhaes e Ribeiro, 2019). Os efeitos de equilíbrio geral da expansão do ensino superior, bem como a mobilidade intergeracional são complexos (Li e Zhang, 2017), uma vez que, entre os diplomados, pesa a diferenciação dos campos de estudo, de classe, gênero e raça no mercado de trabalho, mesmo em face de um sistema de acesso mais igualitário (Carvalhaes e Ribeiro, 2019; Torche, 2011).

No Brasil, o ensino superior e sua conclusão é diretamente correlacionada aos aumentos de produtividade (Waltenberg e Carvalho, 2015), níveis mais elevados de renda (Neidhöfer et al., 2018) e posições sociais mais valorizadas (Salata, 2018). No entanto, a persistência de desigualdades sociais, tanto em relação ao acesso, como em relação aos retornos econômicos, demanda uma análise mais profunda da composição educacional relativa à origem social e raça nos níveis mais elevados de ensino (Carvalhaes e Ribeiro, 2019; Marteleto et al., 2016).

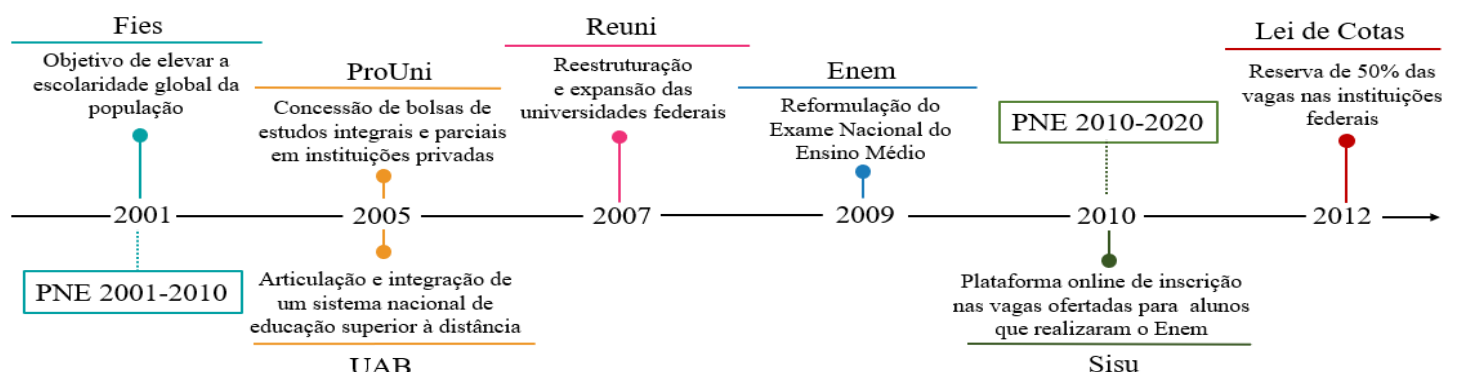
Nesse sentido, considerando a importância da educação no desenvolvimento econômico e social de um país, a transmissão de desigualdades entre gerações nas economias em desenvolvimento é um tópico de estudo ainda negligenciado (Emran e Shilpi, 2019). As evidências empíricas sobre mobilidade intergeracional no Brasil (Mahlmeister et al., 2019; Ramalho e Netto Júnior, 2018; Longo e Vieira, 2017; Gonçalves e Silveira Neto, 2013; Pero e Szerman, 2008; Ferreira e Veloso, 2006, 2003) demonstram que esse tópico ainda é pouco explorado, especialmente em função das restrições impostas pelas bases de dados, compostas, quase que exclusivamente, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Assim sendo, este artigo procura complementar a literatura, ao analisar a associação entre as características dos concluintes do ensino superior e suas chances de apresentarem maiores níveis de mobilidade intergeracional por meio de estimações com microdados extraídos do Enade, abordagem inédita, segundo nosso conhecimento. Na próxima seção serão apresentadas as políticas públicas empreendidas para o processo de expansão, bem como do acesso mais inclusivo do ensino superior no Brasil.

2.2 Background institucional

O Brasil vem empreendendo modificações na configuração e acesso ao ensino superior desde o final dos anos 1990. A ampliação da oferta de vagas neste nível de ensino, justificada pelo atraso do Brasil em relação ao acesso da população jovem (entre 18 e 24 anos) nesse grau de ensino, tem sido o objetivo de diversas políticas (Niquito et al., 2018). O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em janeiro de 2001, foi a principal medida estabelecida com a finalidade de elevar a escolaridade da população da educação infantil até o ensino superior. Na Figura 1 é apresentada uma síntese cronológica das principais políticas (ano de criação e objetivo geral) voltadas ao ensino superior a partir do PNE.

Figura 1 - Cronologia de implantação de políticas de expansão do acesso ao ensino superior Brasileiro nos anos 2000.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

No curso do PNE, foram implantados o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ambos voltados ao setor privado. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) no setor público e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) no segmento de Educação à Distância (EaD).

De acordo com Vinhais (2013), o período mais expressivo de expansão do ensino superior ocorreu entre os anos de 2000 e 2010, sendo que o setor privado teve papel fundamental nesse contexto, beneficiado pelo Fies e ProUni. O Fies, instituído em 2001, é um programa de ampliação do financiamento a graduação de estudantes matriculados, e tem como objetivo facilitar o acesso de jovens de baixa renda à educação superior ao oferecer um empréstimo de até 70% dos gastos com o curso, com baixas taxas de juros e pagamento somente após o término do curso.

Já o ProUni, criado em 2005, opera por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, representando a principal medida empreendida pela administração pública na democratização do ensino superior. O ProUni e o Fies, como políticas de renúncia tributária e financiamento direto, respectivamente, foram fundamentais para que o volume de matrículas aumentasse nas instituições privadas (Chaves e Amaral, 2016). De acordo com dados do Inep (2019), entre 2001 e 2018, o número de matrículas no setor privado cresceu de 2,1 milhões para 6,4 milhões.

A EaD, regulamentada por meio do programa UAB, também em 2005, propôs a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior à distância, que tornou-se uma “alternativa” à educação presencial na democratização do ensino público no Brasil. Ao considerar extensão territorial do país e tecnologias de comunicação e informação, a Educação à Distância permite o acesso a regiões distantes, compatibilização do tempo, bem como educação permanente (Garcia e Carvalho Júnior, 2015). Essa modalidade apresentou um crescimento de 18 vezes entre 2005 e 2018, passando de 114.642 para 2.056.511 matrículas e abrangendo 24,3% dos estudantes matriculados no ensino superior (Inep, 2019).

Ao seguir a meta de expansão e democratização do ensino superior, voltado às instituições públicas, o Reuni surgiu em 2007 com a finalidade utilizar com maior eficiência a estrutura física e os recursos humanos existentes nas universidades federais. Durante a existência do programa, que foi encerrado no ano de 2012, entraram em funcionamento 60 faculdades públicas e dezenove novas universidades federais, passando de 39 para 58 instituições, expansão de, aproximadamente, 50%. O Reuni buscava também a interiorização do ensino superior, na intenção de promover desenvolvimento das regiões onde as novas universidades foram instaladas (Vinhais, 2013).

Em suma, os programas citados promoveram uma expansão da rede privada e federal de educação sem precedentes, ampliando o número de vagas e instituições de educação superior. O PNE passou por uma reformulação em 2010 com os objetivos de continuar e ampliar as vagas na rede federal de ensino superior via expansão e interiorização, bem como elevar a participação de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior. A reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), implantação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a Lei de Cotas compõem as principais medidas do novo PNE.

A reformulação do Enem ocorreu em 2009 com o objetivo de transformar o exame de um instrumento de avaliação para um mecanismo de unificação dos processos seletivos das universidades federais brasileiras. Em 2010 foi desenvolvido o Sisu, plataforma online destinada a inscrição dos estudantes que realizaram o Enem nas vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior. A unificação das formas de seleção, de acordo com Nogueira et al. (2017) é uma forma mais eficiente, com menores custos operacionais e maior alcance para as instituições.

Além de favorecer a mobilidade geográfica entre os estudantes, o Sisu, juntamente com a Lei de Cotas, pode atuar na inclusão de grupos de desfavorecidos no ensino superior, objetivo da Lei nº 12.711/2012, que estabeleceu um marco para as ações afirmativas em relação às oportunidades de ingresso. Em linhas gerais, a lei estabelece que 50% das vagas nos institutos e universidades federais são reservadas para alunos oriundos do ensino médio público. As vagas reservadas para cotas são subdivididas pela renda (superior e inferior a 1,5 salários mínimos *per capita*) e pelo percentual mínimo da soma de negros, pardos e indígenas em cada unidade da federação.

A articulação das políticas de acesso ao ensino superior, especialmente em favor de grupos socioeconomicamente desfavorecidos, a priori, compõe um cenário favorável à redução das desigualdades. No entanto, os efeitos da expansão nesse nível educacional ainda não foram explorados em relação a sua possibilidade de promover mobilidade intergeracional no Brasil. Nesse sentido, a próxima seção aborda a estratégia empírica definida a fim de identificar as chances de maior nível de mobilidade intergeracional de educação em relação a escolaridade dos pais.

3. Dados e Variáveis

3.1. Base de dados e variáveis

As evidências empíricas deste trabalho foram geradas a partir dos microdados do Enade, que consiste em uma prova, aplicada anualmente, usada para avaliação dos cursos de ensino superior brasileiros. Juntamente com essa prova, os estudantes respondem ao “Questionário do Estudante”, o qual inclui questões referentes a escolaridade dos pais, renda, estado civil e outras questões socioeconômicas do indivíduo.

Realizam o Enade, alunos ingressantes e concluintes do ensino superior, no entanto, dado o objetivo do estudo, foram incluídos na amostra analisada apenas os alunos concluintes. De acordo com Behrman et al. (2001), é necessário excluir os estudantes ingressantes, uma vez que estes não alcançaram o maior nível de escolaridade que poderão possuir a fim de compará-lo ao maior nível de escolaridade alcançado pelos pais. Foram analisados os anos de 2004 e 2018, primeiro e o último ano que existem dados disponíveis, tornado possível a análise da evolução e das características dos casos de mobilidade entre um período de quatorze anos, no qual houve uma significativa expansão do ensino superior no Brasil.

Para definição do nível de mobilidade intergeracional de educação são utilizados o grau de escolaridade do pai e da mãe. Os níveis de escolaridade do pai e da mãe considerados são: nenhuma escolaridade ou ensino fundamental (séries iniciais); ensino fundamental (séries finais), ensino médio e ensino superior. Se o pai nunca estudou ou tem escolaridade até o ensino fundamental (séries iniciais) tem-se um caso de alta mobilidade educacional, do(a) filho(a) em relação ao pai. Se o pai completou o ensino fundamental (séries finais) tem-se um caso de média mobilidade, se ele completou o ensino médio, considera-se baixa mobilidade. Caso o pai tenha concluído o ensino superior ou pós-graduação, têm-se um caso de imobilidade educacional entre o pai e o(a) filho(a). A mesma classificação é realizada para identificar o nível de mobilidade entre o(a) filho(a) e a mãe. A definição das variáveis utilizadas no estudo e suas estatísticas descritivas são apresentadas na tabela 1.

Tabela 1 – Definição das variáveis e estatísticas descritivas

Variáveis	Definição	Média		Desvio-Padrão		Mínimo		Máximo	
		2004	2018	2004	2018	2004	2018	2004	2018
Nível de Mobilidade em relação ao pai	Variável categórica, sendo que 0- Imobilidade; 1- Baixa Mobilidade; 2- Média Mobilidade e 3- Alta Mobilidade	1,309	1,796	1,160	1,097	0	0	3	3
Nível de Mobilidade em relação a mãe	Variável categórica, sendo que 0- Imobilidade; 1- Baixa Mobilidade; 2- Média Mobilidade e 3- Alta Mobilidade	1,232	1,659	1,109	1,080	0	0	3	3
Sexo	Variável dummy, sendo que 1- Homem e 0- Mulher	0,324	0,377	0,468	0,485	0	0	1	1
Idade	Variável categórica, sendo que 1- Até 24 anos; 2- Entre 24 e 30 anos; 3- Mais de 30 anos	1,563	1,921	0,709	0,834	1	1	3	3
Cor/Raça	Variável categórica, sendo que 1- Branco(a); 2- Negro(a); 3- Pardo(a)/Mulato(a); 4- Amarelo(a) e 5- Índigena ou de origem indígena	1,489	1,867	0,922	0,991	1	1	5	5

Renda	Variável categórica, sendo que 1- Até 3 salários mínimos; 2- Mais de 3 até 10 salários mínimos; 3- Mais de 10 até 30 salários mínimos e 4- Mais de 30 salários mínimos.	2,225	1,567	0,808	0,644	1	1	4	4
Ajuda financeira familiar	Variável categórica, sendo que 1- Recebe ajuda financeira da família; 2- Não recebe ajuda financeira da família; 3- Ajuda financeiramente a família	1,284	1,720	0,651	0,895	1	1	3	3
Regiões brasileiras	Variável categórica, sendo que 1- Norte; 2- Nordeste; 3- Sudeste; 4- Sul e 5- Centro-Oeste	3,172	3,097	0,867	0,981	1	1	5	5
Organização Acadêmica	Variável dummy, sendo que 1- instituição pública e 0- instituição privada	0,312	0,162	0,463	0,368	0	0	1	1
Bolsa ou Financiamento	Variável categórica, sendo que para 2004: 1- Não possuía bolsa ou financiamento, ou possuía outro tipo (não identificado) para custeio das despesas do curso; 2- Possuía Fies; 3- Possuía bolsa integral ou parcial, oferecida pela própria instituição ou entidades externas. Para 2018 foram definidas as categorias: 1- Não recebeu nenhum tipo de bolsa ou financiamento; 2- Possuía ProUni (integral ou parcial); 3- Possuía Fies; 4- Possuía Fies e ProUni parcial; 5- Possuía bolsa, oferecida pelo governo estadual, distrital ou municipal, a própria instituição ou entidades externas.	1,461	2,263	0,784	1,505	1	1	3	6
Ingresso por política de cotas	Variável dummy, sendo que 1- ingresso no curso de graduação por meio de Cotas e 0- caso contrário		0,241		0,428		0		1
Modalidade de Ensino	Variável dummy, sendo que 1- realiza curso à distância e 0- curso presencial		0,139		0,346		0		1

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A inclusão das variáveis gênero, idade, cor, renda, ajuda financeira familiar, regiões brasileiras, categoria administrativa da instituição de ensino, bolsas e financiamentos, Cotas, e EaD foram selecionadas a partir de estudos anteriores (Longo e Vieira, 2017; Marteleto et al., 2016; Waltenberg e Carvalho, 2015; Athias e Matos, 2013; Netto Júnior et al., 2013), os quais evidenciam empiricamente ou teoricamente, que tais variáveis podem aumentar ou diminuir a probabilidade de ocorrer mobilidade intergeracional de educação entre pais e filhos. Na Tabela 2, visando mostrar o panorama dos casos de mobilidade intergeracional em cada um dos níveis utilizados, são apresentados os percentuais de mobilidade por nível.

Tabela 2 - Percentual de casos de mobilidade intergeracional segundo os níveis de mobilidade em relação ao pai e a mãe para os de 2004 e 2018

Níveis de mobilidade	2004		2018	
	Mobilidade em relação ao pai	Mobilidade em relação à mãe	Mobilidade em relação ao pai	Mobilidade em relação à mãe
	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual
Imobilidade	32,33	32,09	13,65	15,16
Baixa Mobilidade	28,88	32,99	31,73	35,96
Média Mobilidade	14,48	14,37	16,18	16,94
Alta Mobilidade	24,32	20,55	38,44	31,93

Fonte: Elaborada pelas autoras.

É possível perceber que a maioria dos indivíduos que concluíram o ensino superior em 2004, tinham pais com ensino superior ou ensino médio completo, representado baixa ou não mobilidade (imobilidade). No entanto, o percentual de concluintes do ano de 2018 que eram casos de imobilidade era menor, comparado aos outros níveis analisados. Destaca-se a inversão do percentual dos casos de mobilidade intergeracional de educação em relação ao pai, que em 2004 a maior parte eram casos de imobilidade e em 2018 a maior parte eram de casos de alta mobilidade. Já a mobilidade em relação à mãe, o maior percentual em ambos os anos foi de baixa mobilidade, ou seja, a mãe tinha ensino médio completo. Evidencia-se ainda, que entre 2004 e 2018

o percentual de casos de imobilidade diminuiu, tanto em relação ao pai quanto à mãe, por outro lado, o percentual de casos de alta mobilidade aumentou, demonstrando assim que os filhos de pais com baixa escolaridade estão tendo mais acesso ao ensino superior ao longo dos anos analisados.

4. Estratégia empírica

4.1 Modelo

A variável dependente do presente trabalho é uma variável discreta ordinal que indica desde a inexistência de mobilidade, quando a variável dependente assume valor zero, até três quando um estudante filho de pais analfabetos ou que concluíram, no máximo, as séries iniciais chegou ao ensino superior. Em função da característica da variável dependente, o modelo probit ordenado foi considerado o mais adequado para estimar as chances de mobilidade (Chen e Lin, 2020; Cheema et al., 2018; Cyrenne e Grant, 2009).

O modelo assume a forma:

$$Y_i^* = \beta^T X_i + \varepsilon_i \quad \varepsilon_i \sim N(0,1) \quad (1)$$

$$Y_i = 0, \text{ if } Y^* > \alpha_1 \text{ (Mãe/Pai do estudante possui ensino superior completo)} \quad (1.1)$$

$$Y_i = 1, \text{ if } \alpha_1 \geq Y^* > \alpha_2 \text{ (Mãe/Pai completou o ensino médio completo)} \quad (1.2)$$

$$Y_i = 2, \text{ if } \alpha_2 \geq Y^* > \alpha_3 \text{ (Mãe/Pai tem ensino fundamental completo)} \quad (1.3)$$

$$Y_i = 3, \text{ if } Y^* \leq \alpha_3 \text{ (analfabeto ou completou apenas séries iniciais)} \quad (1.4)$$

Nesse artigo, Y^* é construído com base na escolaridade da mãe e do pai dos estudantes; Y_i são os quatro níveis de mobilidade, sendo que zero representa a não mobilidade, isto é, quando a mãe ou o pai do estudante possui ensino superior e três o nível mais alto de mobilidade intergeracional de educação, quando um estudante universitário filho de pais analfabetos ou com séries iniciais, consegue alcançar o ensino superior; X_i é um vetor de variáveis explicativas que, além de controlar por características pessoais, mensura fatores socioeconômicos e de oportunidades conforme detalhado na Tabela 1. A mesma especificação do modelo é utilizada para estimar, separadamente, a mobilidade educacional em relação ao pai e em relação a mãe para os anos de 2004 e 2018, respectivamente, conforme resultados apresentados na Tabela 3.

Além dos resultados do modelo Probit Ordenado, apresentados na Tabela 3, torna-se necessário estimar os efeitos marginais, dado que uma vez que os coeficientes dos modelos Probit, revelam apenas a direção do efeito e não a magnitude desse efeito. Formalmente, os efeitos marginais podem ser expressos da seguinte forma:

$$E_t = \Phi(\beta_i X_i) \quad (2)$$

$$\frac{\partial E_i}{\partial X_i} = \beta_i \Phi(\beta_i X_i) \quad (3)$$

Os coeficientes dos efeitos marginais indicam quanto uma alteração de 1% na variável independente, causa de alteração na variável dependente. Na sequência, são apresentados os resultados das estimações.

5. Análise dos resultados

Na Tabela 3 são apresentados os resultados da estimação do modelo. Inicialmente, é possível observar que os coeficientes da maioria das variáveis são significativos, demonstrando que tais variáveis aumentam ou diminuem a chance de o indivíduo apresentar maiores níveis de mobilidade em relação ao pai e a mãe. Cabe reforçar aqui, que o caso de maior mobilidade é aquele que o pai ou a mãe estudou no máximo até a 5ª série do ensino fundamental e o menor caso, a inexistência de mobilidade, é quando os pais possuem ensino superior e/ou pós-graduação completo.

De modo geral, os resultados (Tabela 3) demonstram que os homens (comparados às mulheres); com mais de 24 anos de idade (comparados aos mais novos); os negros, pardos ou mulatos e indígenas (comparados aos brancos); que não recebem ajuda financeira da família para se manter ou que ajudam financeiramente a família apresentaram mais chances de maior nível de mobilidade em relação ao pai e à mãe.

Da mesma forma, aqueles que estavam concluindo os estudos em instituições privadas; localizadas nas regiões sudeste e sul (comparadas à região norte); que se mantiveram no ensino superior por meio de bolsa parcial do ProUni com o restante do valor mensal financiado pelo Fies (comparados a aqueles que não possuem bolsa ou financiamento); que acessaram via política de cotas e estudam na modalidade à distância, são os grupos que apresentam mais chances de representar um caso de maior mobilidade intergeracional de educação.

Tabela 3 - Resultados das estimações do modelo para mobilidade em relação ao pai e a mãe para os anos de 2004 e 2018

Categoria base	Variáveis	Mobilidade em relação ao PAI-2004	Mobilidade em relação à MÃE-2004	Mobilidade em relação ao PAI-2018	Mobilidade em relação à MÃE-2018
		Coefficientes	Coefficientes	Coefficientes	Coefficientes
Sexo-feminino	Sexo- Masculino	-0,169*** (0,0108)	-0,174*** (0,0107)	-0,117*** (0,00412)	-0,118*** (0,00409)
Até 24 anos	Idade- Entre 24 e 30 anos	0,238*** (0,0113)	0,299*** (0,0112)	0,176*** (0,00481)	0,232*** (0,00477)
	Idade- mais de 30 anos	0,906*** (0,0177)	1,098*** (0,0176)	0,526*** (0,00524)	0,707*** (0,00521)
Cor_Raça- Branco	Cor/raça- Negro(a)	0,316*** (0,0302)	0,328*** (0,0300)	0,106*** (0,00712)	0,100*** (0,00704)
	Cor/raça- Pardo(a) / mulato(a)	0,189*** (0,0138)	0,193*** (0,0137)	0,120*** (0,00462)	0,0820*** (0,00456)
	Cor/raça- Amarelo(a)	-0,128*** (0,0322)	0,0430 (0,0316)	-0,0458*** (0,0129)	-0,0259** (0,0127)
	Cor/raça- Indígena	0,164*** (0,0558)	0,150*** (0,0549)	0,0217 (0,0365)	0,0723** (0,0363)
Renda- Até 3 SM	Renda Familiar- Mais de 3 até 10 SM	-0,248*** (0,0138)	-0,229*** (0,0136)	-0,489*** (0,00428)	-0,478*** (0,00425)
	Renda Familiar- Mais de 10 até 30 SM	-0,781*** (0,0153)	-0,607*** (0,0151)	-1,127*** (0,00940)	-1,060*** (0,00940)
	Renda Familiar- Mais de 30 SM	-1,363*** (0,0269)	-0,990*** (0,0254)	-1,410*** (0,0207)	-1,422*** (0,0210)
Recebe ajuda financeira da família	Não recebe ajuda financeira da família	0,331*** (0,0211)	0,349*** (0,0208)	0,134*** (0,00636)	0,165*** (0,00631)
	Ajudam financeiramente a família	0,411*** (0,0178)	0,423*** (0,0176)	0,202*** (0,00483)	0,221*** (0,00477)

Região Norte	Região Nordeste	-0,154*** (0,0304)	-0,151*** (0,0301)	0,0168* (0,00958)	0,0597*** (0,00946)
	Região Sudeste	-0,00996 (0,0283)	0,119*** (0,0280)	0,0244*** (0,00911)	0,191*** (0,00901)
	Região Sul	0,0144 (0,0295)	0,118*** (0,0292)	0,166*** (0,00988)	0,329*** (0,00977)
	Região Centro-Oeste	0,0181 (0,0325)	0,0454 (0,0322)	0,0916*** (0,0109)	0,144*** (0,0108)
Instituição de Ensino-Privada	Instituição de Ensino-Pública	-0,0662*** (0,0122)	-0,0647*** (0,0121)	-0,0507*** (0,00613)	-0,0924*** (0,00609)
Não possui bolsa ou financiamento	Possui Fies	0,204*** (0,0177)	0,103*** (0,0175)	-0,0463*** (0,00580)	-0,0586*** (0,00576)
	Possui bolsa de estudos	0,0826*** (0,0133)	0,0712*** (0,0132)	-0,0297*** (0,00629)	-0,0234*** (0,00623)
	Possui ProUni-			0,0224*** (0,00753)	-0,0154** (0,00742)
	ProUni Parcial e Fies			0,0793*** (0,0176)	0,0592*** (0,0173)
	Outros financiamentos			-0,0167 (0,0142)	0,0115 (0,0141)
Não ingressou na universidade através de políticas de ação afirmativa	Ingressou na universidade através de políticas de ação afirmativa			0,0868*** (0,00524)	0,0718*** (0,00518)
Modalidade de Ensino- Presencial	Modalidade de Ensino- Ead			0,179*** (0,00679)	0,0901*** (0,00666)
		N = 50.828	N= 50.952	N= 322.525	N= 322.525
		LR chi2 = 12817,40	LR chi2 = 12348,96	LR chi2 = 54430,09	LR chi2 = 61496,53
		Prob > chi2 = 0,0000	Prob > chi2 = 0,0000	Prob > chi2 = 0,0000	Prob > chi2 = 0,0000
		Pseudo R ² = 0,0936	Pseudo R ² = 0,0908	Pseudo R ² = 0,0650	Pseudo R ² = 0,0723

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Notas: Os números entre parênteses são erros-padrão. *, **, *** Significativo aos níveis de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Salienta-se que, os resultados obtidos por meio de um modelo do tipo Probit Ordenado permitem identificar os sinais e significância dos coeficientes, mas não permitem a extração do percentual de chances que cada variável tem de aumentar ou diminuir as chances de mobilidade intergeracional. Desse modo, as principais análises serão realizadas com base nos efeitos marginais médios de cada variável explicativa, apresentados nas Tabelas 4 e 5, em relação ao ano de 2004 e 2018, respectivamente.

Diante do grande número de resultados, os mesmos serão descritos de acordo com a ordem das variáveis explicativas utilizadas no modelo. A ênfase dessa explanação recai nas chances de ocorrer alta mobilidade em relação ao pai e em relação a mãe, devido ao fato de que altos níveis de mobilidade geram condições mais concretas para que se interrompa o ciclo da pobreza e, no longo prazo, ocorra uma diminuição da desigualdade (Carvalhoes e Ribeiro, 2019; Salata, 2018).

Em relação ao gênero, é possível constatar que tanto em 2004 quanto em 2018, os homens apresentaram chances menores de representarem casos de mobilidade de nível mais alto do que as mulheres. Esse resultado evidencia que os concluintes do ensino superior do sexo masculino apresentavam mais chances de serem filhos

de pais e mães com ensino superior ou médio. Nesse sentido, é possível afirmar que há uma maior persistência educacional para esses indivíduos, associada a manutenção do status socioeconômico (Pero e Szerman, 2008).

Esse resultado corrobora a literatura que mostra que pais com maior escolaridade tendem a contribuir mais, incentivando para que os filhos também concluam essa etapa de ensino. Esse incentivo pode advir pela consciência do valor da educação ou disposição de maiores investimentos em capital financeiro, social e cultural na trajetória de vida dos seus filhos, para que eles tenham, ao menos, o mesmo nível de escolaridade que eles (Mahlmeister et al., 2019; Cecchi, 2006).

Além disso, os resultados podem estar evidenciando o crescimento de um hiato educacional de gênero, com as mulheres de todas as classes estudando mais do que homens, enquanto os meninos, especialmente os originários de classes mais pobres, podem estar abandonando a escola antes de completarem o ensino médio. De fato, as mulheres entre 18 e 29 anos possuem 11,6 anos de estudo, enquanto que, para os homens, essa taxa é de 10,9 (abaixo da média brasileira) (Inep, 2019). De acordo com o relatório desenvolvido pela Oede, *Education at Glance* (2019), as mulheres tem 34% mais chances de se formarem no ensino superior, embora possuam maior dificuldade em conseguir emprego.

As mulheres que estavam concluindo o curso superior, apresentaram maiores chances de serem filhas de pais com menor escolaridade. De acordo com Paschoal (2008), as mulheres, especialmente de coortes mais jovens, tendem a ser mais escolarizadas do que os homens e pessoas mais velhas. Isso ocorre apesar das mulheres enfrentarem um custo (financeiro e de esforço pessoal) maior, por terem que conciliar os estudos com afazeres domésticos, enfrentar resistências familiares aliada a menores expectativas de retorno no mercado de trabalho.

Ao longo dos últimos anos as mulheres se tornaram maioria no ensino superior. Em 2004, os homens, quando comparados às mulheres, tinham 4,49% de chances a menos de representar um caso de alta mobilidade em relação ao pai e 3,79% a menos em relação à mãe. Verifica-se que esta diferença, em relação as mulheres, diminuiu em 2018, sendo que a redução foi maior para a mobilidade em relação ao pai, evidenciando que os concluintes homens, filhos de pai sem escolaridade ou apenas com as séries iniciais do ensino fundamental estão recebendo maiores incentivos para ingresso no ensino superior.

Tratando-se da idade, é interessante notar que em 2004 e 2018, os concluintes com mais de 30 anos se destacaram em termos de mobilidade. Em ambos os anos, a população de estudantes com mais de 24 anos mostrou chance significativamente superior de representar um caso de alta mobilidade, mas o destaque continua sendo para os estudantes na faixa etária superior a 30 anos. Em 2004, os formandos com mais de 30 anos tinham 28,7% a mais de chances de terem pai sem escolaridade ou anos iniciais do ensino fundamental e 33,6% a mais de terem a mãe sem escolaridade ou anos iniciais do ensino fundamental do que aqueles mais novos.

Em 2018, as diferenças entre as faixas etárias nas chances de representarem casos de alta mobilidade diminuíram, no entanto os formandos com mais de 30 anos ainda tinham 18,8% a mais de chances de terem o pai com baixo grau de escolaridade e 23,9% a mais de terem a mãe sem escolaridade ou anos iniciais do ensino fundamental. Nota-se que as chances de alta mobilidade mostrou-se maior em relação à mãe do que ao pai em ambos os anos analisados. No entanto, o percentual de chances de representar casos de mobilidade entre as idades diminuiu ao longo do tempo.

Esses resultados demonstram que o Brasil ainda não foi capaz de suprir a demanda histórica por ensino superior e nem de garantir que as pessoas ingressem no ensino superior na idade recomendada. Além disso, pessoas com pais com menor escolaridade ainda precisam esperar mais tempo para terem a oportunidade de ingressar em uma universidade. Nesse contexto, a expansão das vagas está permitindo que os indivíduos cujos pais têm pouca escolaridade, de diferentes faixas etárias, retomem os estudos mesmo que para isso, tenham que aguardar mais tempo e ou tenham conseguido um trabalho para se sustentarem.

Tabela 4 - Efeitos marginais das variáveis independentes sobre a mobilidade em relação ao pai e a mãe para o ano de 2004

Categoria base	Variáveis	Imobilidade		Baixa Mobilidade		Média Mobilidade		Alta Mobilidade	
		PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE
Sexo-feminino	Sexo- Masculino	0,0526***	0,0550***	0,00287***	1,74e-05	-0,0106***	-0,0139***	-0,0449***	-0,0412***
Idade- Até 24 anos	Entre 24 e 30 anos	-0,0780***	-0,101***	-0,00335***	0,00125***	0,0179***	0,0293***	0,0635***	0,0704***
	Mais de 30 anos	-0,245***	-0,289***	-0,0737***	-0,102***	0,0325***	0,0554***	0,287***	0,336***
Cor_Raça- Branco	Negro(a)	-0,0936***	-0,0986***	-0,0133***	-0,00979***	0,0168***	0,0236***	0,0901***	0,0848***
	Pardo(a) / mulato(a)	-0,0576***	-0,0600***	-0,00554***	-0,00264***	0,0112***	0,0149***	0,0520***	0,0477***
	Amarelo(a)	0,0415***	-0,0138	-0,000497	0,000197***	-0,00912***	0,00353	-0,0319***	0,0101
	Indígena	-0,0504***	-0,0470***	-0,00440*	-0,00126	0,00988***	0,0118***	0,0449***	0,0364***
Renda Familiar- Até 3 SM	Mais de 3 até 10 SM	0,0691***	0,0667***	0,0220***	0,0139***	-0,0111***	-0,0162***	-0,0800***	-0,0645***
	Mais de 10 até 30 SM	0,251***	0,194***	0,0186***	0,00624***	-0,0548***	-0,0507***	-0,215***	-0,149***
	Mais de 30 SM	0,461***	0,332***	-0,0529***	-0,0358***	-0,108***	-0,0876***	-0,300***	-0,209***
Recebe ajuda financeira da família	Não recebe ajuda financeira da família	-0,0992***	-0,106***	-0,0147***	-0,0120***	0,0185***	0,0263***	0,0954***	0,0917***
	Ajuda financeiramente a família	-0,121***	-0,126***	-0,0215***	-0,0183***	0,0212***	0,0304***	0,121***	0,114***
Região Norte	Região Nordeste	0,0487***	0,0503***	0,000811	-0,00543***	-0,0103***	-0,0131***	-0,0393***	-0,0318***
	Região Sudeste	0,00308	-0,0381***	0,000200	0,000482	-0,000613	0,00967***	-0,00267	0,0280***
	Região Sul	-0,00443	-0,0378***	-0,000326	0,000494	0,000874	0,00958***	0,00389	0,0277***
	Região Centro-Oeste	-0,00556	-0,0147	-0,000416	0,000587	0,00109	0,00377	0,00488	0,0103
Instituição de Ensino Privada	Instituição de Ensino- Pública	0,0206***	0,0205***	0,00112***	6,50e-06	-0,00415***	-0,00516***	-0,0175***	-0,0153***
Não possui bolsa ou financiamento	Possui Fies	-0,0617***	-0,0323***	-0,00637***	-0,000743**	0,0118***	0,00809***	0,0563***	0,0250***
	Possui bolsa de estudos	-0,0257***	-0,0225***	-0,00156***	-0,000241	0,00520***	0,00567***	0,0220***	0,0171***

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Notas: Os números entre parênteses são erros-padrão. *, **, *** Significativo aos níveis de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Tabela 5 - Efeitos marginais das variáveis independentes sobre a mobilidade em relação ao pai e a mãe para o ano de 2018

Categoria base	Variáveis	Imobilidade		Baixa Mobilidade		Média Mobilidade		Alta Mobilidade	
		PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE
Sexo-feminino	Sexo- Masculino	0,0229***	0,0246***	0,0191***	0,0175***	-0,00131***	-0,00427***	-0,0407***	-0,0379***
Até 24 anos	Idade- Entre 24 e 30 anos	-0,0386***	-0,0562***	-0,0268***	-0,0292***	0,00525***	0,0149***	0,0601***	0,0705***
	Idade- mais de 30 anos	-0,0969***	-0,137***	-0,0938***	-0,123***	0,00267***	0,0211***	0,188***	0,239***
Cor/Raça- Branco	Negro(a)	-0,0206***	-0,0206***	-0,0175***	-0,0152***	0,00118***	0,00349***	0,0369***	0,0323***
	Pardo(a) / mulato(a)	-0,0232***	-0,0170***	-0,0200***	-0,0123***	0,00122***	0,00295***	0,0420***	0,0263***
	Amarelo(a)	0,00959***	0,00564**	0,00701***	0,00360**	-	-0,00111**	-0,0156***	-0,00813**
	Indígena	-0,00440	-0,0151**	-0,00345	-0,0108*	0,000363	0,00265**	0,00748	0,0232**
Renda Familiar- Até 3 SM	Mais de 3 até 10 SM	0,0918***	0,0968***	0,0904***	0,0794***	-0,00502***	-0,0179***	-0,177***	-0,158***
	Mais de 10 até 30 SM	0,286***	0,276***	0,118***	0,0900***	-0,0543***	-0,0704***	-0,350***	-0,295***
	Mais de 30 SM	0,390***	0,408***	0,0901***	0,0447***	-0,0817***	-0,106***	-0,399***	-0,346***
Recebe ajuda financeira da família	Não recebe ajuda financeira da família	-0,0263***	-0,0344***	-0,0221***	-0,0251***	0,00170***	0,00623***	0,0467***	0,0533***
	Ajuda financeiramente a família	-0,0383***	-0,0449***	-0,0342***	-0,0347***	0,00164***	0,00752***	0,0709***	0,0721***
Região Norte	Região Nordeste	-0,00345*	-0,0141***	-0,00263*	-	0,000299*	0,00325***	0,00577*	0,0178***
	Região Sudeste	-	-0,0429***	-	-0,0251***	0,000420**	0,00894***	0,00836***	0,0590***
	Região Sul	-0,0316***	-0,0694***	-0,0278***	-0,0476***	0,00131***	0,0125***	0,0581***	0,104***
	Região Centro-Oeste	-0,0181***	-0,0331***	-0,0148***	-0,0182***	0,00118***	0,00716***	0,0317***	0,0441***
Instituição de Ensino- Privada	Instituição de Ensino- Pública	0,00988***	0,0192***	0,00827***	0,0137***	-	-0,00334***	-0,0176***	-0,0296***
Não possui bolsa ou financiamento	Possui Fies	0,00912***	0,0123***	0,00747***	0,00855***	-	-0,00219***	-0,0160***	-0,0187***
	Possui bolsa de estudos	0,00581***	0,00484***	0,00483***	0,00350***	-	-	-0,0103***	-
	Possui ProUni	-	0,00318**	-	0,00232**	0,000182***	-0,000535**	0,00780***	-0,00496**
	ProUni Parcial e Fies	-0,0147***	-0,0118***	-0,0135***	-	0,000347***	0,00177***	0,0278***	0,0193***
	Outros financiamentos	0,00324	-0,00234	0,00273	-0,00175	-0,000178	0,000379	-0,00579	0,00371
Não ingressou no ensino superior através de Cotas	Ingressou no ensino superior através de cotas	-0,0169***	-0,0149***	-0,0142***	-0,0107***	0,000966***	0,00259***	0,0301***	0,0230***
Modalidade de Ensino- Presencial	Modalidade de Ensino- Ead	-0,0349***	-0,0187***	-0,0293***	-0,0134***	0,00200***	0,00325***	0,0622***	0,0289***

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Notas: Os números entre parênteses são erros-padrão. *, **, *** Significativo aos níveis de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Este achado evidencia também que os homens, no caso os pais dos concluintes de 2004 e 2018, atingiram maiores níveis de escolaridade do que as mulheres, o que está ligado ao ingresso tardio de um maior número de mulheres nas universidades, comparado aos homens. Assim, aqueles que concluíram o ensino superior até 2018 e provavelmente até meados de 2020, tinham mais chances de ter a mãe com escolaridade até as séries iniciais do ensino fundamental, do que o pai. No entanto, essa realidade tende a se alterar quando analisados os concluintes do futuro, dado que atualmente o número de mulheres que está ingressando no ensino superior é maior do que o de homens.

Os resultados referentes a cor/raça revelam que, em relação aos brancos, os concluintes que se declaram negros, pardos ou mulatos apresentam chances significativamente menores de representarem casos de imobilidade ou baixa mobilidade e chances significativamente maiores de representarem casos de média e alta mobilidade nos anos estudados. Isso revela que os estudantes desses grupos que chegam ao ensino superior, são filhos de pais com baixa escolaridade e que estes estudantes são a primeira geração que está tendo a oportunidade de investir em capital humano. Estatisticamente, os negros apresentavam 0,90% e 0,85% de chances a mais de representar um caso de alta mobilidade em relação ao pai e a mãe respectivamente, no ano de 2004. Esses percentuais diminuíram para 0,37% e 0,32% em 2018.

Por outro lado, os que se declararam amarelos, apresentaram menores chances, em relação aos brancos, de serem casos de maior mobilidade, em ambos os anos estudados, no entanto o percentual mostrou-se relativamente menor, com 0,0156% de chances a menos de alta mobilidade em relação ao pai e 0,008% em relação à mãe. Esse resultado pode estar associado a fatores culturais, de valorização da educação e maior nível de renda, dos descendentes de orientais. Os concluintes que se declararam indígenas, por sua vez, além do possuírem menor representatividade na população de estudantes universitários, reduziram as chances de serem casos de alta mobilidade entre 2004 e 2018.

Esses resultados justificam-se em função de que a coorte de jovens brasileiros que iniciaram o ensino médio e superior após 2002 foi a primeira a ser exposta a um conjunto institucionalizado de políticas educacionais e sociais voltadas para a inclusão de minorias na educação. A expansão do acesso das minorias ao ensino superior pode ter levado a um enfraquecimento da lacuna racial no ensino superior brasileiro (Marteletto et al., 2016).

No que tange a renda, é possível denotar que, nas maiores faixas de renda, há uma persistência de alta escolaridade. Em 2004 e 2018, para o grupo que possui rendimentos entre 3 e 30 salários mínimos, há uma tendência de baixa mobilidade. Assim, quando comparados os concluintes pertencentes a famílias com renda familiar de mais de 30 salários mínimos com aqueles de famílias com renda de até 3 salários mínimos, evidencia-se que em 2004 aqueles de maior renda apresentam 30% de chances a menos de representar um caso de alta mobilidade em relação ao pai e 20,9% de chances a menos em relação a mãe. Em 2018 esses percentuais são ainda maiores, 39,9% a menos de chances de alta mobilidade em relação ao pai e 34,6% a menos em relação à mãe. Nesse sentido, as limitações de renda impõem barreiras no acesso ao ensino superior, embora os anos de escolaridade dos filhos tenham crescido em relação aos pais (Mahlmeister et al., 2019) e políticas governamentais, nomeadamente, ProUni e Fies, tenham buscado amenizar esses efeitos.

A variável que busca controlar pela condição na qual o indivíduo fez a faculdade, se recebendo ajuda da família ou necessita contribuir financeiramente com parte ou total das despesas da casa, mostra que àqueles que ajudam financeiramente os familiares apresentam maiores chances de serem casos de mobilidade do que aqueles que são ajudados pelos pais. Longo e Vieira (2017) encontraram resultados semelhantes para adolescentes de 16 a 19 anos e a possibilidade de concluírem o ensino fundamental. De acordo com os autores, é possível que o trabalho permita investimentos dos indivíduos na própria educação.

Esse resultado também pode estar associado a atual configuração do ensino superior brasileiro, que permite uma multiplicidade de formas de acesso e mobilidades de estudo, além do fato de permitir que pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade recomendada, retornem a vida de estudantes em modalidade EaD ou cursos noturnos. Isso permite que adultos, casados, com filhos estejam concluindo o ensino superior, mesmo seus pais não terem estudado ou concluído apenas as séries iniciais do ensino fundamental.

Quanto às regiões brasileiras, identificou-se que a expansão do acesso ao ensino superior ocorrida entre os anos de 2004 e 2018 aumentou as chances de mobilidade em todas as regiões em relação a Região Norte, mas particularmente das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Em 2004, apenas os concluintes em instituições situadas na Região Nordeste apresentaram mais chances, estatisticamente, de representarem casos de maior mobilidade intergeracional em relação ao pai, comparado a Região Norte. Por outro lado, quando considerada a mobilidade em relação à mãe, no mesmo ano, identificou-se que aqueles que estavam concluindo nas regiões Nordeste, apresentavam menos chances de maior mobilidade, e aqueles da Região Sudeste e Sul mais chances, comparados aos da Região Norte.

Mais especificamente na Região Nordeste do Brasil, os concluintes tinham 3,93% a menos de chances do seu pai ter escolaridade até os primeiros anos do ensino fundamental, comparado ao norte. Os concluintes nordestinos também tinham 3,18% a menos de chance do que os da Região Norte, da mãe ter estudado no máximo até as séries iniciais do ensino fundamental. Por outro lado, aqueles da Região Sudeste e Sul, tinham 2,80 e 2,77% a mais de chances de apresentar alta mobilidade em relação à mãe, também comparado a Região Norte.

Em 2018 houve uma clara inversão nas chances de mobilidade entre as regiões. Mais especificamente na Região Nordeste do Brasil, os concluintes tinham 1,78% a menos de chance do que os da Região Norte, da mãe ter estudado no máximo até as séries iniciais do ensino fundamental. Por outro lado, aqueles das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste tinham 5,90%, 10,4% e 4,41% a mais de chances de apresentarem alta mobilidade em relação à mãe, também comparado a Região Norte. Essa evidência pode ter ocorrido em função de que a Região Sudeste concentra 50% das bolsas ofertadas pelo programa ProUni, seguida pela Região Sul (19%); Região Nordeste (15%); Centro-Oeste (10%) e Região Norte (6%)⁴ (Tavares et al., 2020). De modo geral, é possível afirmarmos que houve uma melhora nos níveis de mobilidade entre 2004 e 2018 e que essa mobilidade foi assegurada, inclusive, por meio de bolsas de estudos e programas de financiamento, as quais, aumentam significativamente as chances de média e alta mobilidade educacional em relação aos pais.

Em 2004 quem estava concluindo o ensino superior, que tinha o financiamento estudantil do governo federal (Fies) tinha 5,63% de chances a mais de representar um caso de alta mobilidade em relação ao pai e 2,5% a mais em relação à mãe, do que aqueles que não tinham nenhum tipo de bolsa ou financiamento. Já, aqueles que tinham bolsas de estudos, tinham as chances aumentadas em 2,20% em relação ao pai e 1,71% em relação a mãe, quando comparados ao mesmo grupo.

Em 2018, os graduandos podiam contar com mais opções que tinham como propósito facilitar a permanência no ensino superior, como o ProUni, que concede bolsas integrais ou parciais para indivíduos de família de baixa renda cursarem em instituições de ensino privada. Além disso, os estudantes que conseguem apenas a bolsa parcial, podem financiar o restante do pagamento por meio do Fies, com baixas taxas de juros. Desse modo, o Fies e ProUni tornam-se ferramentas para uma maior inclusão social no ensino superior.

Identificou-se que aqueles que possuem ProUni parcial somado ao Fies apresentam a maior chance de representar um caso de alta mobilidade, quando comparado aos que não tem financiamento ou bolsa, sendo 2,78% a mais de chances de alta mobilidade em relação ao pai e 1,93% em relação à mãe. Os concluintes beneficiados pelo ProUni apresentaram 0,07% a mais de chances de alta mobilidade em relação ao pai e 0,04% de chances a menos em relação mãe, todos comparados ao grupo base.

Embora o ProUni seja voltado às famílias de baixa renda, os beneficiados com bolsa parcial podem ter renda familiar mensal de até 3 salários mínimos e complementar o valor da mensalidade. Esse complemento que não o Fies, exige o desembolso do valor e até a realização de financiamentos com taxas de juros mais altas, que necessitam de garantias. Diante disso, era esperado que aqueles que possuem ProUni parcial e Fies tivessem mais chances de alta mobilidade do que aqueles que são beneficiados apenas pelo ProUni. De acordo com Chaves e Amaral (2016), o Fies e o ProUni foram fundamentais para o aumento do volume de matrículas e o fortalecimento das instituições privadas.

⁴ Essa distribuição leva em consideração a distribuição da população pelo território segundo os dados do Ibge (Tavares et al., 2020).

Quando analisadas as chances de alta mobilidade daqueles que pagam o curso com recursos apenas com o Fies, verificou-se que elas apresentaram em 2018, 1,6% a menos de chances de alta mobilidade em relação ao pai e 1,87% a menos de chances em relação à mãe. Esse resultado é contrário daquele encontrado em 2004 - quem possuía Fies tinha mais chances de alta mobilidade que do que os que não possuíam nem bolsa e nem financiamento. Isso evidencia que em 2004, dada a inexistência de outros programas, como o ProUni, os filhos de pais sem escolaridade tinham o Fies como porta de entrada ao ensino superior, o que se alterou em 2018, devido a existência de bolsas integrais e parciais de estudo via ProUni. Tornando o Fies uma opção mais viável a aqueles que tenham condições financeiras de arcar com os custos totais do curso, quando o terminarem e tenham garantias para oferecer às instituições financeiras.

Os concluintes que cursaram em instituições públicas tinham menos chances de média e alta mobilidade intergeracional do que aqueles que fizeram o curso em instituições privadas em ambos os anos analisados. Em 2004, quem estudou em uma instituição pública tinha 1,75% de chances a menos do que aqueles que cursaram em universidade privada de apresentar alta mobilidade em relação ao pai e 1,53% a menos em relação à mãe. Em 2018, o percentual a menos de chances de mobilidade em relação ao pai dos concluintes em instituições públicas foi próximo ao de 2004 (1,76%).

Quando consideradas as chances de alta mobilidade em relação à mãe, esse percentual aumentou, sendo que aqueles que estudaram em instituições públicas tinham 2,96% a menos de chances de alta mobilidade, comparados ao das privadas. Tal resultado reflete a “elitização” do ensino superior público brasileiro, o qual, de acordo com Salata (2018), é formado por um menor número de instituições públicas, de maior prestígio e de difícil acesso devido à alta concorrência por vagas e por uma maioria de instituições privadas, de menor prestígio, que oferecem cursos com baixos custos de matrícula e com menor nível de concorrência.

No Brasil, muitos dos concluintes de instituições públicas, principalmente aqueles de cursos mais concorridos, tem pais que concluíram superior e possuem um nível de renda capaz de arcar com os custos da universidade privada. No entanto, eles investem educacionalmente nos filhos desde a infância, o que gera vantagens nos concorridos exames de vestibular de instituições públicas (Salata, 2018). Tal situação, acaba tornando as instituições privadas mais acessíveis, seja por meio de bolsas, financiamentos ou recursos próprios. No entanto, Deming et al. (2013) afirmam, com base dos resultados de um estudo feito nos Estados Unidos, que os alunos que frequentaram instituições com fins lucrativos ganham de 8 a 9% a menos anualmente do que aqueles que frequentaram instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, além de apresentarem maior probabilidade de ficarem desempregados por mais de 3 meses ou mais depois de terminarem o curso.

Identificou-se ainda que aqueles que ingressaram no ensino superior por meio das vagas reservadas pela política de cotas, chegam essas relacionadas à renda, ter estudado em escolas públicas ou em privadas com bolsa no ensino médio, ou a raça/cor apresentaram mais chances de apresentarem maior nível de mobilidade em relação aos ingressantes por meio universal. Aqueles que ingressaram via política de cotas em 2018, tinham 3,01% a mais de chances de serem casos de alta mobilidade em relação ao pai e 2,30% de chances a mais em relação à mãe. Este resultado evidencia que embora o acesso à faculdade permaneça distante da universal no Brasil, as políticas baseadas em raça e classe melhoram as oportunidades de ensino superior nos últimos quinze anos e a expansão maciça de oportunidades a esse nível de ensino aumentou o acesso de minorias as instituições de ensino superior (Martelete et al., 2016).

Evidenciou-se também que os concluintes que realizaram o curso à distância, comparados aos que estudaram presencialmente apresentam 6,22% mais chances de alta mobilidade em relação ao pai e 2,89% em relação à mãe. Tal resultado pode ser explicado pelo fato de que os cursos à distância são mais acessíveis que os cursos presenciais com um processo de seleção simplificado, além da flexibilização de horários entre trabalho e estudo. De acordo com Boggs (2019) enquanto a educação a distância oferece oportunidades para aqueles que enfrentam restrições geográficas e de tempo, é importante reconhecer que os tipos de instituições às quais os alunos têm acesso é um determinante essencial da se reduzem as disparidades sociais no ensino superior.

Por fim, destaca-se que as variáveis que apresentam uma maior diferença de chances entre os grupos de apresentarem casos de alta mobilidade eram em 2004: a idade (aqueles com mais de 30 anos, comparados

aos com menos de 24 anos), a renda familiar (aqueles que tinham renda familiar de mais de 30 salários mínimos, em comparação aos que tinham renda de te até 3 salários mínimos) e a ajuda financeira da família (aqueles que ajudam financeiramente a família, comparados aqueles que são ajudados pela família). Em 2018, os variáveis e grupos se mantêm, só acrescentando a variável região (aqueles concluintes de instituição da Região Sul, comparados aos da Região Norte).

6. Considerações finais

O ensino superior brasileiro passou por significativas mudanças nas últimas décadas, entre elas, pode-se citar a expansão do acesso, elaboração de políticas afirmativas, de financiamento e reestruturação. Considerada um ponto essencial na promoção de uma sociedade mais igualitária, a conclusão desse nível de ensino está associada a maiores rendimentos e ascensão social. Nesse sentido, este trabalho analisou os níveis de mobilidade intergeracional de educação de concluintes do ensino superior nos anos de 2004 e 2018 por meio da estimação de um modelo Probit Ordenado.

Destaca-se que que as seguintes condições (isoladamente) estão atreladas a maior chance de alta mobilidade intergeracional em relação aos pais: ser mulher; ter mais de 24 anos; a família ter menos renda; ser negro, pardo, mulato ou indígena; ajudar financeiramente a família; estudar em instituição privada; ter bolsa parcial do ProUni e financiar o restante da mensalidade com a contratação do Fies; ter ingressado no ensino super por meio de cotas e concluir o curso superior na modalidade à distância.

Um ponto evidenciado foi a diferença do nível de mobilidade em relação ao pai em 2004 e 2018, sendo que em 2004, a maior parte dos concluintes tinham pais com ensino superior completo e, em 2018, a maior parte dos pais dos concluintes não tinha nenhuma escolaridade ou completado as séries iniciais. Ainda, foi possível observar que as mulheres, filhas de pais com baixa escolaridade, estão usufruindo mais do que os homens desse mesmo grupo, da expansão de vagas e políticas afirmativas disponíveis para o ensino superior ocorrida nesse período. O estudo permitiu identificar que em 2004, a maioria dos concluintes do ensino superior tinham pais com ensino superior ou ensino médio completos. Por outro lado, em 2018, os indivíduos filhos de pais com nenhuma, ou baixa escolaridade representavam a maior parte dos concluintes.

No entanto, não se pode desprezar o fato de que o acesso e a consequente conclusão do ensino superior ainda abrangem uma parte pequena da população. Assim, o aumento do percentual dos casos de alta mobilidade deve ser visto sob a perspectiva do início de um objetivo a ser perseguido, aquele em que variáveis caracterizadas como de circunstância, como a renda familiar, raça/cor, região, escolaridade dos pais, não representem a impossibilidade de concluir o ensino superior e galgar empregos compatíveis, com salários justos.

Dessa forma, os resultados encontrados permitem identificar as características associadas a maior mobilidade e, são úteis para explicitar a quem as políticas públicas devem ser expandidas, visando reduzir a desigualdade de oportunidades e de acesso ao ensino superior. A identificação dessas características e grupos possibilita o desenho de ações focalizadas para famílias com características semelhantes, mas que ainda não tiveram acesso a mobilidade. Salienta-se que ainda é necessária uma investigação se a conclusão do ensino superior está possibilitando, nos casos de alta mobilidade, empregos adequados a tal nível de ensino, tornando essa uma sugestão para trabalhos futuros. Uma outra questão é a qualidade das instituições e cursos que os indivíduos com alta mobilidade estão inseridos, pois a empregabilidade e salários estão também atrelados a essas questões.

Referências

Alon, S. (2009), “The evolution of class inequality in higher education: Competition, exclusion, and adaptation”, *American Sociological Review*, Vol. 74, No. 5, p. 731-755.

Athias, L., e Matos, G. (2013), ‘Mobilidade Social’ in Petruccelli, J.L., e Saboia, A.L. (orgs.) *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. No. 2. Rio de Janeiro: Ibge, pp. 161-192.

- Aydemir, A.B., e Yaziki, H. (2019), “Intergenerational education mobility and the level of development”, *European Economic Review*, Vol. 116, pp. 160-185.
- Azam, M., e Bhatt, V. (2015), “Like father, like son? Intergenerational educational mobility in India”, *Demography*, Vol. 52, No. 6, pp. 1929-1959.
- Behrman, J.R., Gaviria, A., Székely, M., Birdsall, N., e Galiani, S. (2001), “Intergenerational mobility in Latin America [with comments]”, *Economia*, Vol. 2, No. 1, pp. 1-44.
- Black S.E., e Devereux P.J. (2010), ‘Recent developments in intergenerational mobility’ in Ashenfelter, O.C., e Card, D. (eds) *Handbook of Labor Economics*. Amsterdam: Elsevier, pp. 1487-541.
- Blanden, J., e Machin, S. (2004), “Educational inequality and the expansion of UK higher education”, *Scottish Journal of Political Economy*, Vol. 51, No. 2, p. 230-249.
- Boggs, K. (2019), “Distance Education and Horizontal Stratification”, Tese de Doutorado, The Florida State University, Tallahaasse.
- Borges, G.F.S., e Ribeiro, E.A. (2019), “A expansão da educação superior brasileira a partir dos anos 90: democratização ou massificação?” *Revista Triângulo*, Vol. 12, No. 1, pp. 103-118.
- Carvalhoes, F., e Ribeiro, C.A.C. (2019), “Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional”, *Tempo Social*, Vol. 31, No. 1, pp. 195-233.
- Carvalho, M.M., e Waltenberg, F.D. (2015), “Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013”. *Economia Aplicada*, Vol. 19, No. 2, pp. 369-396.
- Chaves, V.L.J., e Amaral, N.C. (2016), “Política de expansão da educação superior no Brasil - o ProUni e o Fies como financiadores do setor privado”, *Educação em Revista*, Vol. 32, No. 4, pp. 49-72.
- Checchi, D. (2007), *The economics of education: Human capital, family background and inequality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- Chen, N. (2020), “Effect of education - occupation mismatch on happiness”, *International Journal of Social Economics*, Vol. 47, No. 1, pp. 86-110.
- Cheema, A.R., Awan, R.U., e Iqbal, M. (2018), “Determinants of Education Achievements in Pakistan”, *Pakistan Business Review*, Vol. 20, No. 2., pp. 477-492.
- Cyrenne, P., e Grant, H. (2009), “University decision making and prestige: An empirical study”, *Economics of Education Review*, Vol. 28, pp. 237-248.
- Crawford, C., Gregg, P., Macmillan, L., Vignoles, A., e Wyness, G. (2016), “Higher education, career opportunities, and intergenerational inequality”, *Oxford Review of Economic Policy*, Vol. 32, No. 4, pp. 553-575.
- Deming, D.J., Goldin, C., e Lawrence F.K. (2013), “The For-Profit School Sector: Nimble Critters or Agile Predators?”, *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 26, No. 1, pp. 139-163.
- Durlauf, S.N. (2006), ‘Groups, Social Influences, and Inequality: A Memberships Theory Perspective on Poverty Traps’ in Bowles, S., Durlauf, S.N, e Hoff, K. (eds) *Poverty Traps*. Princeton: University Press, Princeton, pp. 141-175.
- Emran M.S, e Shilpi F. (2019), “Economic approach to intergenerational mobility: measures, methods, and challenges in developing countries” *Wider Working Paper*, No. 2019/98. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/211326/1/1686451806.pdf>>.

- Ferreira, S.G., Veloso, F.A. (2006), “Intergenerational mobility of wages in Brazil”, *Brazilian Review of Econometrics*, Vol. 26, No. 2, pp. 181-211.
- Ferreira, S.G., e Veloso, F.A. (2003), “Mobilidade intergeracional de educação no Brasil”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 33, No. 3, pp. 481-513.
- Garcia, V.L., e Carvalho Junior, P.M.C. (2015), “Educação à distância (EAD), conceitos e reflexões”, *Medicina*, Vol. 48, No. 3, pp. 209-213.
- Gonçalves, M.B.C., e Silveira Neto, R.D.M.S. (2013), “Persistência intergeracional de educação no Brasil: o caso da Região Metropolitana do Recife”, *Estudos Econômicos*, Vol. 43 No. 3, pp. 435-463.
- Hasenbalg, C. (2003), ‘A transição da escola para o trabalho’ in Hasenbalg, C., e Silva, N.V. (orgs.) *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, pp. 147-172.
- Herrington, C.M. (2015), “Public education financing, earnings inequality, and intergenerational mobility”, *Review of Economic Dynamics*, Vol. 18, No. 4, pp. 822-842.
- INEP. (2019), “*Microdados*”. Acesso em: 23 jun, 2020. Disponível em: <<http://inep.gov.br/microdados>>.
- Lam, D. (1999), “Generating extreme inequality: Schooling, earnings, and inter-generational transmission of human capital in South Africa and Brazil”, *Population Studies*, No. 99-439, pp. 1-43.
- Lee, H., e Lee, J.W. (2019), “Patterns and Determinants of Intergenerational Educational Mobility: Evidence Across Countries”, *Asian Growth Research Institute*, No. 2019-02. Acesso em: 01 jul. 2020. Disponível em: <<http://en.agi.or.jp/workingpapers/WP2019-02.pdf>>.
- Li, Z., e Zhong, H. (2017), “The impact of higher education expansion on intergenerational mobility: Evidence from China”, *Economics of Transition*, Vol. 25, No. 4, pp. 575-591.
- Longo, F.V. e Vieira, J.M. (2017), “Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil”, *Educação e Sociedade*, Vol. 38, No. 141, pp. 1051-1071.
- Lopes, A.D. (2017), “Affirmative action in Brazil: how students’ field of study choice reproduces social inequalities”, *Studies in Higher Education*, Vol. 42, No. 12, pp. 2343-2359.
- Mahlmeister, R., Ferreira, S.G., Veloso, F., Menezes-Filho, N., e Komatsu, B. K. (2019), “Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil”, *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 73, No. 2, pp. 159-180.
- Marteleto, L., Marschner, M., e Carvalhaes, F. (2016), “Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil”, *Research in Social Stratification and Mobility*, Vol. 46, pp. 99-111.
- Medeiros, M., Barbosa, R. J., e Carvalhaes, F. (2020), “Educational expansion, inequality and poverty reduction in Brazil: A simulation study”, *Research in Social Stratification and Mobility*, Vol 66, pp. 1-38.
- Neidhöfer, G., Serrano, J., e Gasparini, L. (2018), “Educational inequality and intergenerational mobility in Latin America: A new database”, *Journal of Development Economics*, Vol. 134, pp. 329-349.
- Netto Junior, J.L.S.M., Ramalho, H.M.B., e Silva, E.K. (2013). “Transmissão intergeracional de educação e mobilidade de renda no Brasil”, *Revista Economia e Desenvolvimento*, Vol. 12, No. 2, pp. 1-20.
- Niquito, T.W., Ribeiro, F.G., e Portugal, M.S. (2018), “Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais”, *Planejamento e Políticas Públicas*, No. 51, pp. 367-394.
- Nogueira, C.M.M., Nonato, B.F., Ribeiro, G.M., e Flontino, S.R.D. (2017), “Promessas e limites: o Sisu e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais”, *Educação em Revista*, Vol. 33, No. 2, pp. 61-90.
- OECD. (2019), “*Education at a Glance 2019*”, Paris: OECD Publishing.

- OECD. (2018), “*A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*”, Paris: OECD Publishing.
- Paschoal, I.P. (2005), “Mobilidade intergeracional de educação no Brasil”, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pero, V., e Szerman, D. (2008), “Mobilidade intergeracional de renda no Brasil”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 38, No. 1, pp. 1-36.
- Pfeffer, F.T. (2007), “Intergenerational Educational Mobility in Comparative Perspective”. *Center for Demography and Ecology*, No. 2007-09. Disponível em: <<https://cde.wisc.edu/wp-content/uploads/sites/839/2019/01/cde-working-paper-2007-09.pdf>>.
- PNUD. (2017), “Relatório do Desenvolvimento Humano”, Brasília: PNUD.
- Ramalho, H.M.B., e Netto Junior, J.L.S.M. (2018), “Dinâmica intergeracional de educação e coresidência entre pais e filhos adultos no Brasil”, *Análise Econômica*, Vol. 36, No. 69, pp. 231-266.
- Salata, A. (2018), “Higher Education in Brazil in the last years: reduction in inequalities of access?”, *Tempo Social*, Vol. 30, No. 2, pp. 219-253.
- Tavares, R.S.A. (2020), “PROUNI as a public policy for access to higher education and social inclusion”, *Brazilian Journal of Development*, Vol. 6, No. 6, pp. 41950-41966.
- Tansel, A. (2002), “Determinants of school attainment of boys and girls in Turkey: individual, household and community factors”, *Economics of education review*, Vol. 21, No. 5, pp. 455-470.
- Torche, F. (2011), “Is a college degree still the great equalizer? Intergenerational mobility across levels of schooling in the United States”, *American journal of sociology*, Vol. 117, No. 3, pp. 763-807.
- Vinhais, H.E.F. (2013), “Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil”, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.